



# **CEEI/ISRI**

## **Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais**

**CEEI-ISRI, ANO I**  
**SÉRIE DE ARTIGOS N.º 03**  
**Abril de 2013**  
**Propriedade do CEEI/ISRI**  
**Maputo - Moçambique**

### **Interdependência e Coordenação de Políticas Macroeconómicas**

**Por:**

**Enildes Sarmiento**

Pesquisadora do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais  
Departamento de Estudos de Economia e Desenvolvimento

# Interdependência e Coordenação de Políticas Macroeconómicas

## FICHA TÉCNICA

Autora: Enildes Sarmento  
Director: António da Costa Gaspar  
Edição: CEEI/ISRI  
Revisão: Calton Cadeado e Emílio J. Zeca  
Design e Grafismo: Emílio J. Zeca  
Abril de 2013  
Maputo

## Resumo

*O sistema económico e financeiro mundial caracteriza-se por uma crescente interdependência entre vários países, entre vários blocos económicos, e entre várias regiões. Tanto o comércio internacional quanto o fluxo internacional de capital crescem a taxas muito aceleradas, e nessa situação, a transmissão de distúrbios económicos entre países também aumenta. Nesse cenário, pensar em coordenação macroeconómica torna-se uma questão chave para a economia. A coordenação macroeconómica reflecte o mútuo interesse de ampliar os ganhos da economia, e está fortemente correlacionado com o grau de interdependência comercial. Existe uma vasta literatura que se refere aos ganhos da coordenação de políticas macroeconómicas, contudo, há necessidade de fazer-se algumas considerações acerca das características intrínsecas do ambiente económico, que, uma vez levadas em conta podem modificar o resultado optimista de que a coordenação macroeconómica é melhor do que a sua ausência.*

## Introdução

A interdependência de políticas económicas entre os países tem sido alvo de atenção das autoridades fiscais e monetárias, dos pesquisadores de políticas económicas, e dos organismos internacionais desde o final dos anos 1960, quando o regime de taxa de câmbio fixa<sup>1</sup> prevalecia em muitos países. Nos tempos que correm a interdependência entre países é cada vez maior. Tanto o comércio internacional quanto o fluxo internacional de capital crescem a taxas muito aceleradas, e nessa situação, a transmissão de distúrbios económicos entre países também aumenta. Nesse cenário, pensar em coordenação macroeconómica torna-se uma questão chave para a economia.

A interdependência entre as nações pode ser mensurada pela proporção das exportações e importações em relação ao PIB, bem como pelo extraordinário volume de capital no mercado financeiro mundial. As fronteiras das

nações vão-se abrindo cada vez mais para o intercâmbio comercial, o que permite, segundo a teoria tradicional do comércio internacional<sup>2</sup>, aumentar a competitividade e a eficiência das economias uma vez que as vantagens comparativas e os ganhos de escala pela especialização da produção serão acrescidos.

O presente trabalho tem como objectivo fazer uma breve análise sobre a interdependência e a coordenação das políticas macroeconómicas, para tal fez-se uma revisão da literatura sobre a matéria em estudo, combinando a análise e a crítica. O trabalho discute também as características intrínsecas da economia que fortalecem ou enfraquecem o conceito de coordenação.

## Aspectos teóricos sobre a interdependência e coordenação de políticas macroeconómicas

As questões ligadas a interdependência e coordenação de políticas macroeconómicas têm um papel importante na economia, pelo facto de elas responderem e minimizarem os crescentes distúrbios económicos resultantes dos choques externos para os países.

O termo de interdependência económica é definido pela OCDE como: "*facto ou condição de dependência de uns em relação aos outros: Dependência Mútua*" (Cooper, 1985).

Existe uma diferença entre interdependência e integração de mercados: enquanto interdependência económica reporta-se à elevada substituíbilidade entre vários produtos no espaço, a integração de mercados refere-se a uma tendência de igualização dos preços dos produtos nos mercados a integrar.

A interdependência económica pode ser medida a partir do valor das transacções económicas entre dois países, ou entre o país e o resto do mundo. A interdependência económica depende de uma melhoria dos transportes internacionais e das comunicações, bem como da difusão de técnicas de produção e gestão, de uma maior integração dos mercados, da redução das barreiras ao comércio e da redução das barreiras ao movimento de capitais, (Pereira, 2009).

Quando a política económica de um país afecta os demais, a questão da coordenação de políticas torna-se fundamental. A coordenação macroeconómica pode ser entendida como uma significativa modificação na formulação de políticas nacionais, tendo em conta o reconhecimento da interdependência económica internacional (Fischer, 1987). As políticas monetárias e fiscal<sup>3</sup>, principalmente as realizadas por países com economias mais desenvolvidas, geram efeitos significativos, que vão desde externalidades positivas até as externalidades negativas nos demais países e, nesse sentido, tais efeitos devem ser contabilizados na tomada de decisão do formulador de políticas, ou seja, o formulador de política de cada país deve levar em conta as acções realizadas pelos outros países. Segundo Frenkel et al. (1988), a coordenação macroeconómica seria, então, o melhor

caminho para que estas externalidades sejam internalizadas<sup>4</sup> na política de cada país e, assim, o bem-estar global seja maximizado.

Outro conceito não menos importante apontado pela literatura refere-se à cooperação macroeconómica. Esta é definida como um aprofundamento do processo de coordenação, pois pressupõe-se que, com a cooperação de políticas económicas também há outras formas de integração, tais como periódicas reuniões entre governos para discutir políticas económicas e partilha de informação sobre a situação económica a qual ambos os países estão inseridos. Nesse sentido, a cooperação seria vista como um estreitamento do conceito de coordenação.

As primeiras tentativas de cooperação de políticas datam do século XIX. Nessa época, os bancos centrais da Europa tinham preocupação com a manutenção da conversibilidade do ouro, que os levavam a promover um ambiente de ajuda mútua. Contudo, a formalização do problema de coordenação macroeconómica só veio na década de 1970, com o trabalho pioneiro de Hamada em 1974.

## Coordenação de Políticas Macroeconómicas

Numa situação de **Equilíbrio Macroeconómico sem Coordenação de Políticas**, cada país escolhe a sua política monetária visando única e exclusivamente a minimização das perdas nacionais, ignorando os efeitos dessas políticas no outro país, e alcança-se um equilíbrio sem coordenação de políticas, para solucionar problemas de inflação (no caso do país doméstico) ou deflação (no caso do país estrangeiro). Enquanto no caso de **Equilíbrio Macroeconómico com Coordenação de Política**, o formulador de políticas escolhe a política a adoptar tendo explicitamente em conta os efeitos sobre o bem-estar do outro país. Assim, na medida em que a política económica de um país tem efeitos sobre outro país, a solução coordenada é potencialmente vantajosa, existindo dificuldades e perigos a

observar na coordenação.

## Efeitos da coordenação de Políticas Macroeconómicas

Existe uma vasta literatura que se refere aos ganhos da coordenação de políticas macroeconómicas. Contudo, há necessidade de fazer-se algumas considerações acerca das características intrínsecas do ambiente económico, que, uma vez levadas em conta podem modificar o resultado optimista de que a coordenação macroeconómica é melhor do que a sua ausência. Entre estas características podem-se destacar as seguintes: *a) grandes diferenças no grau de abertura entre os países; b) as diferentes percepções dos formuladores de política em relação à economia; c) a questão da credibilidade das políticas; entre outros.*

Segundo (Frenkel et al., 1988), por mais que haja uma tendência crescente em relação ao aumento do grau de abertura das economias, ainda assim, há uma grande disparidade entre os países no que se refere ao grau de abertura económica, bem quanto a representatividade das economias no comércio internacional. Como a coordenação macroeconómica reflecte o mútuo interesse de ampliar os ganhos da economia, este está fortemente correlacionado com o grau de interdependência comercial. Países com pouca representatividade internacional são pouco atractivos para fazerem parte de processos de políticas coordenadas pelo nível reduzido de contribuição no aumento do bem-estar global da economia.

As divergências no que é prioritário para cada país do ponto de vista económico, também podem reduzir os ganhos de bem-estar resultantes da coordenação macroeconómica. O trabalho pioneiro que tratou desta questão remete-nos para Frankel e Rockett (1986). Depois de um estudo empírico feito pelos autores, eles concluíram que os possíveis ganhos gerados pela coordenação macroeconómica resultantes da escolha correcta do modelo económico adoptado, não superam as perdas ocasionadas

pela escolha incorrecta do modelo. Portanto, na presença de incerteza em relação ao modelo correcto a adoptar, é recomendado que não haja coordenação de políticas económicas.

A coordenação de políticas pode ainda, causar perda de bem-estar caso não exista credibilidade em relação às acções dos formuladores de política económica, pois há o incentivo de os últimos terem um comportamento inconsistente intertemporalmente, sendo que, com a coordenação macroeconómica, não há mecanismos de estabilização automáticos, pois a economia está presa a regras discricionárias internacionais. Tanto no caso de política fiscal quanto no da política monetária, a inconsistência intertemporal agrava o problema da perda de bem-estar entre os países.

Outro constrangimento associado a coordenação de políticas macroeconómicas é que os benefícios são gerados automaticamente, ou seja, não se leva em conta o período de tempo que vai da adopção de uma política até a concretização de seus resultados. Evidências empíricas apontadas pela literatura indicam que este problema do tempo, além de não pode ser desprezível. Assim, uma política adoptada em um determinado período pode ocasionar o seu efeito em um período incerto no futuro, correndo o risco de este ser totalmente inapropriada para a situação económica futura. Tal característica pode ampliar os efeitos adversos sobre a estabilidade económica, caso políticas coordenadas sejam adoptadas, pois entre os países participantes da coordenação pode haver diferentes períodos de concretização dos resultados das suas políticas. (Fischer, 1987).

## O papel das instituições no processo de coordenação de políticas

Para os neo-institucionalistas<sup>5</sup> históricos, as instituições são procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais emitidos por

organizações formais e estendem-se desde regras de uma ordem constitucional ou procedimentos habituais de funcionamento de uma organização até convenções que governam o comportamento dos sindicatos ou relações entre bancos e empresas. (Hall e Taylor, 2003).

Segundo North (1990), as instituições podem ser entendidas como as regras do jogo de uma sociedade, no sentido que elas moldam o comportamento dos agentes económicos. Por desempenharem esse papel na sociedade, elas geram redução da incerteza no que se refere às interações entre os agentes. Por tal motivo, as instituições são peças fundamentais para entender muitos fenómenos económicos. No que se refere à coordenação macroeconómica, estas têm uma atribuição muito importante por estabelecerem uma estrutura propícia ao intercâmbio, ou seja, estabelecendo regras internacionais que incentivam a liberalização da política comercial entre os países. É de salientar que um número cada vez maior de estudiosos vem trazendo as instituições para as suas análises de políticas económicas, como é o caso de Nelson (2002), Freeman (1988) Lundvall (1988), entre outros. O principal argumento destes autores em seus estudos é o de que as instituições influenciam decisivamente na actividade económica e exercem um papel regulador muito importante. As instituições internacionais criadas pelos países com o intuito de estabelecer um ambiente institucional favorável à coordenação de políticas económicas contribuem para que cada vez mais as políticas económicas sejam pensadas de modo que o ambiente internacional seja considerado, possibilitando por parte dos governos, a obtenção de resultados macroeconómicos positivos para todos que optarem por políticas económicas coordenadas.

## Moçambique no âmbito da Interdependências e coordenação de políticas

## económicas

Não obstante a transição política, e económica de sucesso, e o crescimento económico notável que o país têm estado a registar, Moçambique continua a enfrentar problemas económicos e sociais estruturais, em particular no sector da agricultura, com uma produtividade baixa do sector de subsistência, quando comparada com a de outros países africanos (Ossman, e Saute, 2010). Este cenário conduz o país a uma situação de dependência e não propriamente de interdependência de políticas económicas, que seria o desejável. Para além da dependência crucial dos países da OCDE, Moçambique está dependente da África do Sul, quer em termos de comércio externo e, sobretudo, em termos de projectos estruturantes. Com efeito, a África do Sul é o maior consumidor de gás natural, de energia de Cahora Bassa e dos serviços ferro-portuários moçambicanos. E na ausência de uma indústria alimentar nacional e de serviços de apoio, Moçambique depende da África do Sul para as suas importações mais básicas. Mais grave ainda, é o facto de os grandes projectos em discussão, sobretudo na área de energia e no sector ferro-portuário, dependerem da África do Sul, quando deveria justamente existir uma interdependência e coordenação na adopção das melhores políticas para os sectores em questão.

Contudo, é absolutamente fundamental que estas relações de dependência sejam mútuas e que Moçambique não se torne no parceiro cada vez mais pobre nesta relação, isto é, não se torne ainda mais sub-desenvolvido, como fornecedor de matérias-primas básicas e importador de produtos com maior valor acrescentado. Referir ainda, que há necessidade de expandir as oportunidades dos exportadores para os mercados externos ao abrigo dos termos de uma variedade de acordos e parecerias económica (ACP).

## Considerações Finais

As implicações da interdependência

económica entre países vêm sendo discutidas com a preocupação de estabelecer em que medida há necessidade de coordenação de políticas económicas, e o seu grau de eficiência para assegurar, aumentar, ou no mínimo manter o bem-estar da economia global. Quando existe a coordenação macroeconómica, segundo a literatura, há uma tendência de se minimizar os efeitos negativos advenientes da adopção de políticas económicas, entretanto é necessário ter em atenção os efeitos que podem advir desta coordenação, tendo em conta que nem sempre poderão trazer benefícios para a economia.

Políticas monetárias e fiscal, principalmente as realizadas por países com economias mais desenvolvidas comparativamente a outras, geram efeitos significativos nos demais países, tais efeitos devem ser contabilizados na tomada de decisão do formulador de políticas

económicas.

A coordenação económica têm vantagens associadas a: i) redução da variabilidade da taxa de câmbio real; ii) redução de transmissão de distúrbios entre países; iii) maior estabilidade económica; iv) incentivo à cooperação entre os países, tanto na esfera económica quanto na esfera social. Contudo, é necessário alguma consideração acerca das características intrínsecas do ambiente económico, as quais, uma vez levadas em conta, podem modificar o resultado optimista de que coordenação macroeconómica é melhor do que a sua ausência. Entre estas características podem-se destacar: i) as grandes diferenças no grau de abertura entre os países; ii) os conflitos partidários dos formuladores de política; iii) as diferentes percepções dos formuladores de política em relação à economia; iv) a questão da credibilidade; v) e o problema de defasagem de políticas entre os países envolvidos.



## NOTAS

<sup>1</sup> A taxa de câmbio fixa é aquela em que o governo se obriga a manter a paridade da moeda local em relação a uma determinada moeda estrangeira (normalmente o dólar).

<sup>2</sup> Adam Smith, *A Riqueza das Nações* (1776), Adam Smith procurou demonstrar que havia possibilidades de ganhos globais no comércio internacional, não focando nos interesses dos Estados, e sim nas necessidades dos agentes económicos.

<sup>3</sup> A política fiscal, é um ramo da política económica que define o orçamento e seus componentes, os gastos públicos e impostos como variáveis de controlo para garantir e manter a estabilidade económica, Política Monetária pode ser definida como o controle da oferta da moeda e das taxas de juros, no sentido de

que sejam atingidos os objectivos da política económica global do governo

<sup>4</sup> Minimizar as perdas sociais derivadas de uma externalidade negativa, ou maximizar os ganhos provenientes de uma externalidade positiva.

<sup>5</sup> O neo-institucionalismo sociológico é a escola que compreende as instituições de forma mais ampla, incluindo no mesmo conceito regras e procedimentos formais, sistemas de símbolos, esquemas cognitivos e modelos morais que fornecem “padrões de significação” que guiam a acção humana (Hall e Taylor, 2003).



## Referências Bibliográficas

- COOPER, Richard N., 1985, “**The prospects for international economy policy coordination**”, in BUITER, Willem H, e MARSTON, Richard C., 1985.
- DORNBUSCH, R. Expectations and Exchange Rate Dynamics. **Journal of Political Economy**, vol. 86: 1161-1176, 1976.
- FISCHER, Stanley (1987). International macroeconomic policy coordination. **NBER Working Paper** No. 2244,
- FRANKEL, Jeffrey A. e ROCKETT, Katharine E. (1986). International macroeconomic policy coordination when policymakers do not agree on the true model. **The American Economic Review**, Vol. 78, No. 3, Setembro.
- FRENKEL, Jacob; GOLDSTEIN, Morris e MASSON, Paul (1988). International coordination of economic policies: scope, methods and effects. **NBER Working Paper** No. 2670.
- HAMADA, Koichi (1974). Alternative exchange rate systems and the interdependence of monetary policies. In Robert Aliber, ed., **National Monetary Policies and the International Financial System**, Chicago: University of Chicago Press.
- NORTH, Douglass C. (1990). **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge University Press.
- Osman, Abdul, Saúte, Nelson (2010). **Moçambique no mundo a competição subtil**, IESE



## **CEEI-ISRI**

### **Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais**

O Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais – CEEI corresponde a Divisão de Investigação do ISRI é a unidade orgânica responsável pela realização de pesquisas aplicadas do ISRI. A missão estratégica do Centro dos Estudos Estratégicos Internacionais é a produção e divulgação de análises sobre os processos políticos, sócio-económicos e culturais da sociedade moçambicana, da região e do Sistema Internacional. A linha de pesquisa do CEEI tem como enfoque as seguintes áreas: Economia e Desenvolvimento, Estudos de Paz e Segurança, Estudos Sócio-Políticos e culturais, Estudos de Relações Internacionais e Política Externa. O CEEI estabelece-se como um canal aberto, inclusivo e que encoraja independência e liberdade de pensamento com vista a contribuir para o desenvolvimento e reformas políticas em Moçambique. A produção local de conhecimentos sobre práticas de desenvolvimento e experiências internacionais constitui valor acrescentado que o centro oferece a todos os interessados em estudar, investigar e divulgar assuntos ligados ao desenvolvimento económico, social e político de Moçambique e do mundo. Para o efeito, CEEI privilegia a diversidade de focos temáticos correlacionando-os un com os outros, e distinguindo os assuntos a tratar em cada edição a publicar.

Contacto:

**Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais**  
**Ruas dos Desportistas - Prédio JAT 5,**  
**2º Andar, Maputo - Moçambique**



**Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais - CEEI/ISRI**